



3479

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

APELAÇÃO Nº 0098038-55.2007.8.17.0001 (0267657-9)  
COMARCA: RECIFE  
VARA: 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI  
APELANTES: EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA, UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA, NILTON ALVES DE SANTANA FILHO, ANDERSON CEZAR FERREIRA FRAGA E EVANDRO SILVA DOS SANTOS  
DEFENSOR PÚBLICO: JOSÉ FRANCISCO NUNES, JOAQUIM FERNANDES PEREIRA DA SILVA E MANOEL JERÔNIMO DE MELO NETO  
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR: DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA  
RELATOR: DES. CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

**EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. JÚRI. ANULAÇÃO DO JULGAMENTO. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. IMPROCEDÊNCIA. CONSELHO DE SENTENÇA OPTOU POR UMA DAS VERSÕES APRESENTADAS. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. DIMINUIÇÃO DA PENA-BASE. INACOLHIMENTO. SANÇÃO JUSTA E PROPORCIONAL AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO FATO. APLICAÇÃO INADEQUADA DA ATENUANTE PREVISTA NO ART. 65, I, DO CP. PROCEDÊNCIA. NECESSIDADE DE INCIDÊNCIA INDIVIDUALIZADA. SENTENÇA REFORMADA. NOVA DOSIMETRIA. APELO DE EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA NÃO PROVIDO. APELOS DE UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA, NILTON ALVES DE SANTANA FILHO, ANDERSON CEZAR FERREIRA FRAGA E EVANDRO SILVA DOS SANTOS PROVIDOS EM PARTE. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Somente se concede a cassação do veredicto popular por manifestamente contrário à prova dos autos quando a decisão é absurda, escandalosa, arbitrária e totalmente divorciada do conjunto probatório. Se a decisão popular tem respaldo em uma das versões existentes, não pode o

11

1480



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

- órgão revisor cassá-la, sob pena de negar vigência ao princípio constitucional da soberania do Júri.
2. É viável a aplicação da sanção acima do mínimo legal quando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP forem desfavoráveis ao agente. Precedentes do STJ e STF.
  3. Hipótese em que se reconheceu que a atenuante da menoridade relativa, prevista no art. 65, I, do CP, foi aplicada irregularmente na condenação dos crimes de homicídio qualificado consumado após o somatório das penas pelo concurso material, sendo a sentença reformada para que a incidência da referida diminuição fosse realizada individualizadamente.
  4. Apelação de Ezequiel José de Oliveira não provida. Apelações de Ubiratan Nascimento Da Rocha, Nilton Alves de Santana Filho, Anderson Cezar Ferreira Fraga e Evandro Silva Dos Santos providas em parte. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO** – Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação nº 0098038-55.2007.8.17.0001 (0267657-9), da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, em que figura(m), como Apelantes, **Ezequiel José de Oliveira, Ubiratan Nascimento Da Rocha, Nilton Alves de Santana Filho, Anderson Cezar Ferreira Fraga e Evandro Silva Dos Santos** e, Apelado, o **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento ao apelo de Ezequiel José de Oliveira e dar provimento parcial aos apelos de Ubiratan Nascimento Da Rocha, Nilton Alves de Santana Filho, Anderson Cezar Ferreira Fraga e Evandro Silva Dos Santos, no sentido de manter a decisão soberana do Conselho de Sentença no tocante à responsabilidade penal dos referidos Apelantes em todos os seus termos e reformar a sentença, apenas, no que se refere à aplicação, nos crimes de homicídio consumado, da atenuante prevista no art. 65, inciso I, do CP, a qual, após ter sido aplicada de forma individualizada e no momento adequado, impôs aos Apelantes Ubiratan Nascimento Da Rocha e Nilton Alves de Santana Filho uma reprimenda final de 70 (setenta) anos de reclusão, pela consumação de 05 (cinco) homicídios qualificados; e aos os Apelantes Anderson Cezar Ferreira Fraga e Evandro Silva Dos Santos uma reprimenda final de 42 (quarenta e dois) anos de reclusão, pela consumação de 03 (três) homicídios qualificados, tudo de conformidade**

3483



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

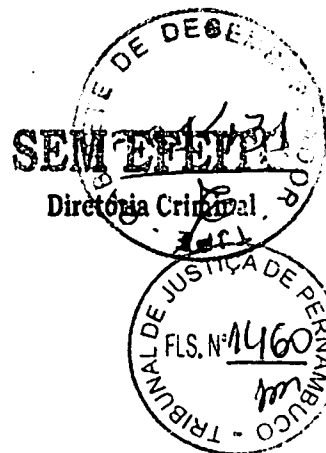
com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto que está devidamente assinado.

Recife, 24 de 09 de 2014.

*Cláudio*  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**



APELAÇÃO Nº 0098038-55.2007.8.17.0001 (0267657-9)  
COMARCA: RECIFE  
VARA: 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI  
APELANTES: EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA, UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA, NILTON ALVES DE SANTANA FILHO, ANDERSON CEZAR FERREIRA FRAGA E EVANDRO SILVA DOS SANTOS  
DEFENSOR PÚBLICO: JOSÉ FRANCISCO NUNES, JOAQUIM FERNANDES PEREIRA DA SILVA E MANOEL JERÔNIMO DE MELO NETO  
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR: DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA  
RELATOR: DES. CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

**RELATÓRIO**

**Ezequiel José de Oliveira, Ubiratan Nascimento Da Rocha, Nilton Alves de Santana Filho, Anderson Cezar Ferreira Fraga e Evandro Silva Dos Santos** recorrem, tempestivamente, da sentença de **fls. 1318/1326**, que, em consonância com a decisão do Conselho de Sentença, condenou Ezequiel Oliveira à pena de 86 (oitenta e seis) anos e 09 (nove) meses de reclusão; Ubiratam Rocha à pena de 84 (oitenta e quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, Nilton Filho à pena de 84 (oitenta e quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, Anderson Fraga à pena de 54 (cinquenta e quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão e Evandro Santos à pena de 54 (cinquenta e quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, todas a serem cumpridas, inicialmente, no regime fechado, por haverem incorrido, 05 (cinco) vezes, nos crimes tipificados no art. 121, § 2º,



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**



incisos II e IV; art. 121, § 2º, incisos II e IV c/c o art. 14, inciso II; e o art. 288, parágrafo único, na forma do art. 69, todos do Código Penal Brasileiro<sup>1</sup>.

Os Apelantes, todos através da Defensoria Pública, apresentaram suas razões recursais, **às fls. 1330/1336, 1351/1359 e 1389/1392**, onde, embora representados por defensores distintos, pugnam, de forma semelhante: **a)** pela anulação do julgamento, por entenderem que a decisão do Conselho de Sentença é manifestamente contrária a prova dos autos e, subsidiariamente, e **b)** pela redução da pena imposta, por considerá-la exorbitante e não individualizada.

O *parquet* apresentou contrarrazões, **às fls. 1339/1342 e 1398/1401**, onde pugna pela manutenção da sentença condenatória em todos os seus termos.

A Procuradoria de Justiça, através do Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira, ofertou parecer **às fls. 1404/1407**, manifestando-se no sentido de negar provimento ao apelo do réu Ezequiel José de Oliveira e dar provimento parcial aos apelos de Ubiratan Nascimento da Rocha, Nilton Santana Filho, Anderson César Ferreira Fraga e Evandro Silva dos Santos, apenas em relação ao delito de homicídio qualificado (05 vezes), para

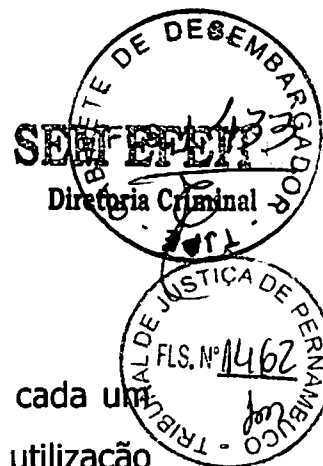
<sup>1</sup> Art. 121. Matar alguém:  
§ 2º Se o homicídio é cometido:  
II – por motivo fútil;  
IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido.  
Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

Art. 14. Diz-se o crime:  
II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

Art. 69. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**



aplicar a causa atenuante contida no art. 65, inciso I, do CP para cada um dos crimes individualmente e não sobre o montante total após a utilização da regra do concurso material.

É, em resumo, o relatório.

**Considerando que o feito possui diversos acusados representados por Defensores Públicos diferentes, bem como que a partir da fl. 1344 a numeração do processo está errada, remetam-se os autos a Diretoria Criminal para, respectivamente, a inserção das informações necessárias na capa do processo e as devidas correções no tocante à numeração das folhas.**

**Em seguida, à Douta Revisão.**

Recife, 22 de 04 de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

3482

APELAÇÃO Nº 0098038-55.2007.8.17.0001 (0267657-9)  
COMARCA: RECIFE  
VARA: 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI  
APELANTES: EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA, UBIRATAN  
NASCIMENTO DA ROCHA, NILTON ALVES DE  
SANTANA FILHO, ANDERSON CEZAR FERREIRA  
FRAGA E EVANDRO SILVA DOS SANTOS  
DEFENSOR PÚBLICO: JOSÉ FRANCISCO NUNES, JOAQUIM FERNANDES  
PEREIRA DA SILVA E MANOEL JERÔNIMO DE MELO  
NETO  
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR: DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA  
RELATOR: DES. CLAUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL

**VOTO**

Segundo os autos, a denúncia foi **recebida** em **14.03.2007** (fl.520), sendo proferida a decisão de **pronúncia** em **20.01.2010** (fl. 1086) e a sentença condenatória **publicada** em **02.02.2012** (fl. 1326), não se operando, até o presente momento, a prescrição da pretensão punitiva estatal. Os Apelantes encontram-se **presos**.

Os Recorrentes foram pronunciados e condenados por cinco crimes de homicídio qualificado consumado, três crimes de homicídio qualificado tentado e pelo crime de formação de quadrilha, atualmente denominado de associação criminosa, pelo seguinte fato delituoso:

Narra a denúncia, que no dia 11 de novembro de 2006, por volta das 02:30 horas, nas imediações e no interior do imóvel nº 102 da Rua João Bento Batista, no Bairro de Campo Grande, nesta capital, os Apelantes



J283

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

Ezequiel Oliveira e Ubiratan Rocha, agindo em comunhão de desígnios e mediante o emprego de armas de fogo, auxiliados pelos Apelantes Nilton Filho, Anderson Fraga e Evandro Santos, mataram o popular Vianey Guilhermino dos Santos, conhecido como "Viola", e as irmãs Alexsandra Maria da Silva, Rosângela Maria da Silva, Roseane Maria da Silva e Catiane Maria da Silva, tendo esta última apenas 15 (quinze) anos de idade. Informa a exordial, que as vítimas encontravam-se no imóvel supramencionado em companhia de Elisângela Maria da Silva e Cláudio Crispim Gomes, e de pelo menos 05 (cinco) crianças, uma delas identificadas como Josimar Cipriano da Silva, de um ano e dez meses de vida, quando todos foram surpreendidos pela ação dos Apelantes Ezequiel Oliveira e Ubiratan Rocha, juntamente com mais três acusados, os quais, após arrombarem a porta e munidos de revólveres e pistolas de variados calibres, apresentando-se como policiais, indagaram sobre a pessoa de "Viola" e a "sapatona", esta identificada como sendo a vítima Rosane Maria da Silva. Assustado com a situação a vítima "Viola" tentou fugir pulando a janela, ocasião em que foi perseguido e executado naquelas imediações com pelo menos quatro tiros. Em seguida, os Apelantes e seus comparsas voltaram-se contra as demais vítimas e passaram a eliminá-las uma a uma, sem lhes dar qualquer possibilidade de defesa. Consta que a barbárie executada na presença das crianças, iniciou-se pelo assassinato da vítima Rosângela Silva, seguindo-se pela eliminação de Roseane Silva, Alexsandra Silva e Catiane Silva. Ainda por ocasião da referida investida, a criança Josimar Cipriano da Silva, filha da vítima Alexsandra Silva, também foi gravemente lesionada, somente não





3484

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

vindo a óbito por circunstâncias alheias às vontades dos agentes. Apurou-se que as ações provavelmente foram motivadas pelo fato das vítimas Roseane e Viola terem contraído uma dívida com o Apelante Ezequiel Oliveira, proveniente da aquisição de grande quantidade de drogas, especificamente crack. Os demais Apelantes, que desempenhavam a função de "Soldados" da quadrilha, contribuíram para o evento criminoso seja pelo fornecimento de informações acerca do paradeiro das vítimas, seja auxiliando os executores do crime em sua fuga ou dando cobertura durante a ação criminosa.

A materialidade do crime resta comprovada através do atestado de fls. 47/48, das perícias tanatoscópica de fls. 235/253, dos Laudos Periciais de fls. 335/342 e 770/778, das fotografias de fls. 348/374, bem como pelas declarações prestadas às fls. 55/79 dos autos.

O recurso interposto assenta-se na insatisfação dos Apelantes com a decisão do Conselho de Sentença, por entender que esta é manifestamente contrária à prova dos autos e com o *quantum* da pena fixada pelo juízo de 1º grau.

No tocante ao pedido de anulação do julgamento, após uma análise percuciente dos autos, verifica-se que a decisão do Conselho de Sentença não afronta o conjunto probatório, pois a participação, direta ou indiretamente, de todos os Apelantes restou demonstrada através das declarações prestadas pelas testemunhas visuais do crime Elisângela Maria da Silva (fls. 53/57 e 659/661) e Claudio Crispim Gomes (fls. 76/79), os quais também reconheceram os Apelantes Ezequiel Oliveira e Ubiratan



J485

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

Rocha como os executores do crime (448/453), sendo estes depoimentos confirmados pela testemunha Fabiano Pedro Cesário Lemos (fls. 222/224), que descreve com minúcias a atuação da quadrilha no evento criminoso. Tal declaração também é confirmada pelo interrogatório do corréu Tiago Pereira da Silva (fls. 254/260), o qual teve o mérito da sua condenação revisado por esta Câmara no julgamento da Apelação nº 275173-3 na sessão realizada em 19.02.2014.

Desse modo, percebe-se que a decisão do Júri não esta completamente dissociada das provas existentes nos autos, sendo apresentadas duas versões ao Conselho de Sentença, tendo este optado por aquela sustentada pelo *parquet* que se apresenta verossímil, e, neste caso, não poderá ser anulado o julgamento por importar em ofensa à garantia constitucional da soberania dos veredictos.

Assim, tem decidido a jurisprudência de forma pacífica, *in verbis*:

TJMG: "Como de pacífica jurisprudência e de uníssona doutrina, só se licencia a cassação do veredicto popular por manifestamente contrário a prova dos autos quando a decisão é absurda, escandalosa, arbitrária e totalmente divorciada do conjunto probatório. Se a decisão popular tem respaldo em uma das versões existentes, não pode o órgão revisor cassá-la, sob pena de negar vigência ao princípio constitucional da soberania do Júri". (Ap. 1.0567.95.000772-2/001, 1ª C., rel. Gudesteu Biber, 15.03.2005, v.u.) <sup>2</sup>

Quanto ao pedido de diminuição de pena, verificada as razões de convencimento externadas pelo magistrado sentenciante, há de se

---

<sup>2</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. *Código de Processo Penal Comentado*. 10ª ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2011, p. 1027.



3486

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

reconhecer que o mesmo analisou corretamente as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, das quais 07 (sete) são desfavoráveis aos Apelantes e justificam a fixação das penas-bases um pouco acima do mínimo legal, sendo, portanto, proporcionais e justas ao caso concreto.

Por outro lado, corroboro com o entendimento do Exmo. Procurador de Justiça de que na condenação dos crimes de homicídio consumado dos Apelantes **Ubiratan Nascimento Da Rocha, Nilton Alves de Santana Filho, Anderson Cezar Ferreira Fraga e Evandro Silva Dos Santos** não foi correta a aplicação da redução da pena pela atenuante da menoridade relativa, prevista no art. 65, inciso I, do CP, uma vez que o juiz sentenciante reduziu em 01 (um) ano de reclusão após o cálculo do concurso material da pena, quando na verdade deveria ter sido atenuada cada pena isoladamente, devendo, portanto, ser reformada a reprimenda desses crimes apenas nesse sentido, pelo que passo a realizar a nova dosimetria, relativamente aos citados réus.

No tocante às penas dos Apelantes **Ubiratan Nascimento Da Rocha e Nilton Alves de Santana Filho**, que por serem semelhantes serão analisadas em conjunto, entendo que devem ser mantidas as penas-base para cada um dos **05 (cinco) homicídios qualificados** em 15 (quinze) anos de reclusão, devendo também, CADA PENA-BASE, ser reduzida em 01 (um) ano pela incidência da atenuante prevista no art. 65, inciso I, do CP, que, à míngua de agravantes ou causas de aumento ou de diminuição a serem reconhecidas, tornar-se-ão **DEFINITIVAS** em 14 (quatorze) anos de reclusão, as quais, somadas pelas regras do concurso

3487



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

material, irão perfazer uma reprimenda final, para cada Apelante, de **70 (setenta) anos de reclusão**, a serem cumpridas inicialmente no regime fechado.

Quanto às penas dos Apelantes **Anderson Cezar Ferreira Fraga e Evandro Silva Dos Santos**, que também serão analisadas em conjunto por serem semelhantes, entendo que deve ser mantida a pena-base para cada um dos **03 (três) homicídios qualificados** que tiveram participação em 15 (quinze) anos de reclusão, devendo também, CADA PENA-BASE, ser reduzida em 01 (um) ano pela incidência da atenuante prevista no art. 65, inciso I, do CP, que, à míngua de agravantes ou causas de aumento ou de diminuição a serem reconhecidas, tornar-se-ão **DEFINITIVAS** em 14 (quatorze) anos de reclusão, as quais, somadas pelas regras do concurso material, irá perfazer uma reprimenda final de **42 (quarenta e dois) anos de reclusão**, a ser cumprida inicialmente no regime fechado.

Com esses fundamentos, **voto** no sentido de **negar provimento** ao apelo de **Ezequiel José de Oliveira** e **dar provimento parcial** aos apelos de **Ubiratan Nascimento Da Rocha, Nilton Alves de Santana Filho, Anderson Cezar Ferreira Fraga e Evandro Silva Dos Santos**, no sentido de manter a decisão soberana do Conselho de Sentença no tocante à responsabilidade penal dos referidos Apelantes em todos os seus termos e reformar a sentença, apenas, no que se refere à aplicação, nos crimes de homicídio consumado, da atenuante prevista no art. 65, inciso I, do CP, a qual, após ter sido aplicada de forma individualizada e no

1288



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

momento adequado, impôs aos Apelantes Ubiratan Nascimento Da Rocha e Nilton Alves de Santana Filho uma reprimenda final de 70 (setenta) anos de reclusão, pela consumação de 05 (cinco) homicídios qualificados; e aos os Apelantes Anderson Cezar Ferreira Fraga e Evandro Silva Dos Santos uma reprimenda final de 42 (quarenta e dois) anos de reclusão, pela consumação de 03 (três) homicídios qualificados.

Recife, 24 de 09 de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0267657-9**

**COMARCA** : Recife – 1ª Vara do Júri  
**APELANTES** : Ezequiel José de Oliveira, Ubiratan Nascimento da Rocha, Nilton Alves de Santana Filho, Anderson Cezar Ferreira Fraga e Evandro Silva dos Santos  
**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**PROCURADOR** : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira  
**RELATOR** : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio  
**REVISORA** : Desª. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

**VOTO DE REVISÃO**

---

**EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA**, conhecido como “Quel”, **UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA**, conhecido como “Bira”, **LUIZ FERNANDO DA SILVA SOUZA**, conhecido por “Pimenta ou Pimentinha”, juntamente com **THIAGO PEREIRA DA SILVA**, conhecido como “Titica” e **RAFAEL CARLOS RODRIGUES DA CUNHA**, conhecido como “Rafa” foram denunciados, cinco vezes, como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos II e IV do Código Penal c/c o art. 1º, inciso I, da Lei n.º 8.072/90 e, uma vez, no art. 121, §2º, inciso II e IV, c/c os arts. 14, inciso II, e 29, todos da Lei substantiva e, no art. 1º da Lei 8.072/90, e, ainda, nas penas do art. 288, parágrafo único do Código Penal Brasileiro, em concurso material (art. 69, do CPB), estando **NILTON ALVES DE SANTANA FILHO**, conhecido como “Nino Satanás”, **ANDERSON CEZAR FERREIRA FRAGA**, conhecido como “Cezar China” e **EVANDRO SILVA DOS SANTOS**, denunciados, cinco vezes, como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos II e IV do Código Penal c/c o art. 1º, inciso I, da Lei n.º 8.072/90 e, uma vez, no art. 121, §2º, inciso II e IV, c/c os arts. 14, inciso II, e 29, todos da Lei substantiva e, no art. 1º da Lei 8.072/90, e, ainda, nas penas do art. 288, parágrafo único do Código Penal Brasileiro, em concurso material (art. 69, do CPB).

Narra a inicial acusatória que “na madrugada de 11 de novembro de 2006, por volta das 02h30, nas imediações e no interior do imóvel n.º102 da Rua João Bento Batista, Bairro de Campo Grande, nesta cidade, os denunciados **EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA**, **THIAGO PEREIRA DA SILVA**, **UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA**, **RAFAEL**



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira

#### Terceira Câmara Criminal

**CARLOS RODRIGUES DA CUNHA e LUIZ FERNANDO DA SILVA SOUZA**, agindo em comunhão de desígnios e mediante o emprego de arma de fogo, auxiliados ainda pelos comparsas **NILTON ALVES DE SANTANA FILHO, ANDERSON CEZAR FERREIRA FRAGA e EVANDRO SILVA DOS SANTOS**, mataram o popular **VIANEY GUILHERMINO DOS SANTOS**, de epíteto "VIOLA", e as irmãs **ALEXSANDRA MARIA DA SILVA, ROSÂNGELA MARIA DA SILVA, ROSEANE MARIA DA SILVA e CATIANE MARIA DA SILVA**, esta última de apenas 15 anos de idade, conforme Boletins de Ocorrência (fls.08/11, 17/20, 26/27 e 306/308) e perícias tanatoscópica (fls.212/230)". (fl.05).

Segundo a peça acusatória "as vítimas encontravam-se no imóvel supramencionado, em companhia de **ELISÂNGELA MARIA DA SILVA** e **CLAÚDIO CRISPIM GOMES**, e de pelo menos cinco (05) crianças, uma delas identificada como **JOSIMAR CIPRIANO DA SILVA**, de um ano e dez meses de vida, quando foram surpreendidos pela ação dos acusados **EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA**, vulgo "QUEL", **THIAGO PEREIRA DA SILVA**, de alcunha "TITICA", **UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA**, apelidado de "BIRA", **RAFAEL CARLOS RODRIGUES DA CUNHA**, conhecido como "RAFA", e **LUIZ FERNANDO DA SILVA SOUZA**, cognominado "PIMENTA" ou "PIMENTINHA", os quais, após arrombarem a porta e munidos de revólveres e pistolas de variados calibres, apresentando-se como policiais, indagaram sobre a pessoa de "VIOLA" e a "sapatona", esta identificada como **ROSEANE MARIA DA SILVA**". (fls.05/06).

Acresce a denúncia que "assustada com a situação, **VIANEY GUILHERMINO DOS SANTOS** tentou fugir pulando a janela em que foi perseguido e executado naquelas imediações com pelo menos quatro (04) tiros, cujos projéteis o alvejaram nas regiões lombar, escapular, parietal e occipital, consoante laudo pericial de fls.223, ilustrado com as fotografias de fls.224/226. E continua o relato aduzindo que "em seguida à morte de "VIOLA", aquelas cinco denunciados voltaram-se contra as demais vítimas, e passaram a eliminá-las uma a uma, sem lhes darem qualquer possibilidade de defesa, estando a cena dessa verdadeira chacina retratada na perícia de fls.313/352, realizada pelo Instituto de Criminalística no local dos crimes" (fl.06).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Consta, ainda, que “a barbárie, executada na presença daquele casal e das crianças, iniciou-se por **ROSÂNGELA MARIA DA SILVA**, lesionada com pelo menos três (03) disparos nas regiões cervical, occipital e retro-auricular. Seguindo-se a ela, foram sucessivamente eliminadas **ROSEANE MARIA DA SILVA** – alvejada com um (01) tiro na região occipital; **ALEXANDRA MARIA DA SILVA** – atingida no rosto, nos braços e em um dos ombros; e, finalmente, a adolescente **CATIANE MARIA DA SILVA**, que veio a falecer já no hospital, devido aos ferimentos sofridos nas regiões auricular e mandibular” (fl.06). Ainda por ocasião da referida investida, “a criança **JOSIMAR CIPRIANO DA SILVA**, filha da vítima **ALEXSANDRA MARIA DA SILVA**, também resultou gravemente lesionada, somente não vindo a óbito devido a circunstâncias alheias às vontades dos agentes, vez que estes assumiram deliberadamente o risco de também matarem outras pessoas ali presentes” (fl.06).

Destacou-se, na peça acusatória, que “as ações provavelmente foram motivadas pelo fato de **ROSEANE MARIA DA SILVA** e **VIANEY GUILHERMINO DOS SANTOS** terem contraído uma dívida com **EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA**, proveniente da aquisição de grande quantidade de um dos principais traficantes de entorpecentes da Região Metropolitana do Recife e líder de uma articulada e temida quadrilha armada, sediada na Favela João de Barros, composta por diversos malfetores, dentre os quais os ora denunciados” (fl.06).

Por ocasião da decisão de pronúncia, o MM Juiz processante declarou extinta a punibilidade do acusado **RAFAEL CARLOS RODRIGUES DA CUNHA**, com fulcro no art. 107, inciso I do Código Penal (morte do agente), pronunciando os acusados **EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA**, **THIAGO PEREIRA DA SILVA**, **UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA**, **LUIZ FERNANDO DA SILVA SOUZA**, **NILTON ALVES DE SANTANA FILHO**, **ANDERSON CEZAR FERREIRA FRAGA** e **EVANDRO SILVA DOS SANTOS**, como incursos, cinco vezes (com relação às vítimas Vianey Guilhermino dos Santos, Alexsandra Maria da Silva, Rosângela Maria da Silva, Roseane Maria da Silva e Catiane Maria da Silva), nas penas do art. 121, §2º, incisos II e IV, do Código Penal c/c o art. 1º, inciso I da Lei n.º 8.072/90 e, uma vez (com relação a vítima/criança Josimar Cipriano da Silva) nas penas do art. 121, §2º, incisos II e IV c/c o art. 14, inciso II e 29, todos do Código Penal e art. 1º, inciso I, da





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Lei 8.072/90 e ainda no art. 288, parágrafo único do Código Penal Brasileiro, em concurso material (art. 69 do CPB) – fls.1081/1086 (volume 05).

Levados a julgamento pelo Tribunal do Júri, a exceção de THIAGO PEREIRA DA SILVA, que por consequência de incidente, relatado na ata da sessão de julgamento, teve seu processo separado para posterior julgamento, o Conselho de Sentença condenou os acusados **EZEQUEL JOSÉ DE OLIVEIRA, UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA, NILTON ALVES DE SANTANA FILHO e EVANDRO SILVA DOS SANTOS** nas sanções do art. 121, §2º, incisos II e IV (vítimas Vianey Guilhermino dos Santos, Alexsandra Maria da Silva, Rosângela Maria da Silva, Roseane Maria da Silva e Catiane Maria da Silva) e art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 14, inciso II (com relação a vítima/criança Josimar Cipriano da Silva), e art. 288, parágrafo único, todos do CPB, na forma do art. 29 do Código Penal (concurso material), os acusados **ANDERSON CEZAR FERREIRA FRAGA e EVANDRO SILVA DOS SANTOS** nas sanções do art. 121, §2º, incisos II e IV (vítimas Vianey Guilhermino dos Santos, Roseane Maria da Silva e Catiane Maria da Silva, sendo absolvidos do homicídio em relação às vítimas Alexsandra Maria da Silva e Rosângela Maria da Silva) e art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 14, inciso II (com relação a vítima/criança Josimar Cipriano da Silva), e art. 288, parágrafo único, todos do CPB, na forma do art. 29 do Código Penal (concurso material), sendo o acusado **LUIZ FERNANDO DA SILVA SOUZA** absolvido dos homicídios consumados e da tentativa, restando, condenado no delito de formação de quadrilha armada (art. 288, parágrafo único do CPB), conforme sentença às fls. 1318/1326 (volume 06).

Em relação ao acusado **EZEQUEL JOSÉ DE OLIVEIRA**, no que pertine ao delito descrito no art. 121, §2º, incisos II e IV do CPB (vítimas Vianey Guilhermino dos Santos, Alexsandra Maria da Silva, Rosângela Maria da Silva, Roseane Maria da Silva e Catiane Maria da Silva), o MM Juiz sentenciante fixou a pena-base para cada uma das vítimas em 15 (quinze) anos de reclusão, totalizando o *quantum* de **75 (setenta e cinco) anos de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar**, à minguada de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

No que tange ao delito descrito no art. art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 14, inciso II do CPB (com relação a vítima/criança Josimar Cipriano da Silva), o MM Juiz de Direito fixou a pena-base em 15 (quinze)



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

anos de reclusão, aumentada em 06 (seis) meses em face da agravante prevista no art. 61, inciso II, alínea "h" do Código Penal (ter o agente cometido o crime contra criança), perfazendo o *quantum* de 15 (quinze) anos e 06 (seis) meses de reclusão, diminuída em  $\frac{1}{2}$  (metade) em face da regra do art. 14, inciso II do CPB (crime tentado), **tornando-a definitiva em 07 (sete) anos e 09 (nove) meses de reclusão**, à míngua de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

Por fim, em relação ao crime de formação de quadrilha armada (art.288 do CPB), o MM Juiz de Direito fixou a pena-base em 04 (quatro) anos de reclusão, **tornando-a definitiva neste patamar**, à míngua de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

Face à regra do concurso material (art. 69 do CPB), as penas devem ser somadas, **resultando na condenação final de EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA em 86 (oitenta e seis) anos e 09 (nove) meses de reclusão**, em regime inicialmente fechado (fls.1320/1321).

Em relação ao acusado **UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA** no que pertine ao delito descrito no art. 121, §2º, incisos II e IV do CPB (vítimas Vianey Guilhermino dos Santos, Alexsandra Maria da Silva, Rosângela Maria da Silva, Roseane Maria da Silva e Catiane Maria da Silva), o MM Juiz sentenciante fixou a pena-base para cada uma das vítimas em 15 (quinze) anos de reclusão, totalizando **75 (setenta e cinco) anos de reclusão**, diminuída em 01 (um) ano em face da circunstância atenuante descrita no art. 65, inciso I do CPB (ser o agente menor de 21 anos na época dos fatos), **perfazendo o quantum de 74 (setenta e quatro) anos de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar**, à míngua de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

No que tange ao delito descrito no art. art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 14, inciso II todos do CPB (com relação a vítima/criança Josimar Cipriano da Silva), o MM Juiz de Direito fixou a pena-base em 15 (quinze) anos de reclusão, diminuiu em 01 (um) ano em face da atenuante da menoridade (art. 65, inciso I do CPB), perfazendo o *quantum* de 14 (catorze) anos de reclusão, diminuída em  $\frac{1}{2}$  (metade) em face da regra do art. 14, inciso II do CPB (crime tentado), **tornando-a definitiva em 07 (sete) anos de**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**reclusão**, à minguia de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

Por fim, em relação ao crime de formação de quadrilha armada (art.288 do CPB), o MM Juiz de Direito fixou a pena-base em 04 (quatro) anos de reclusão, diminuiu em 06 (seis) meses, em face da atenuante da menoridade (art. 65, inciso I do CPB), **totalizando 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar**, à minguia de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

Face à regra do concurso material (art. 69 do CPB), as penas devem ser somadas, **resultando na condenação final de UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA em 84 (oitenta e quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão**, em regime inicialmente fechado (fls.1321/1322).

Em relação ao acusado **NILTON ALVES DE SANTANA FILHO** no que pertine ao delito descrito no art. 121, §2º, incisos II e IV do CPB (vítimas Vianey Guilhermino dos Santos, Alexsandra Maria da Silva, Rosângela Maria da Silva, Roseane Maria da Silva e Catiane Maria da Silva), o MM Juiz sentenciante fixou a pena-base para cada uma das vítimas em 15 (quinze) anos de reclusão, totalizando **75 (setenta e cinco) anos de reclusão**, diminuída em 01 (um) ano em face da circunstância atenuante descrita no art. 65, inciso I do CPB (ser o agente menor de 21 anos na época dos fatos), **perfazendo o quantum de 74 (setenta e quatro) anos de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar**, à minguia de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

No que tange ao delito descrito no art. art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 14, inciso II, todos do CPB (com relação a vítima/criança Josimar Cipriano da Silva), o MM Juiz de Direito fixou a pena-base em 15 (quinze) anos de reclusão, diminuiu em 01 (um) ano em face da atenuante da menoridade (art. 65, inciso I do CPB), perfazendo o *quantum* de 14 (catorze) anos de reclusão, diminuída em ½ (metade) em face da regra do art. 14, inciso II do CPB (crime tentado), **tornando-a definitiva em 07 (sete) anos de reclusão**, à minguia de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Por fim, em relação ao crime de formação de quadrilha armada (art.288 do CPB), o MM Juiz de Direito fixou a pena-base em 04 (quatro) anos de reclusão, diminuiu em 06 (seis) meses, em face da atenuante da menoridade (art. 65, inciso I do CPB), **totalizando 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar**, à míngua de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

Face à regra do concurso material (art. 69 do CPB), as penas devem ser somadas, **resultando na condenação final de NILTON ALVES DE SANTANA FILHO em 84 (oitenta e quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão**, em regime inicialmente fechado (fls.1322/1323).

Quanto à conduta do acusado **LUIZ FERNANDO DA SILVA SOUZA**, relação ao crime de formação de quadrilha armada (art. 288, parágrafo único do CPB), o MM Juiz de Direito fixou a pena-base em 04 (quatro) anos de reclusão, diminuiu em 06 (seis) meses, em face da atenuante da menoridade (art. 65, inciso I do CPB), **totalizando 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar**, à míngua de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição, a ser cumprida em regime aberto (fl.1323).

Em relação ao acusado **ANDERSON CEZAR FERREIRA FRAGA** no que pertine ao delito descrito no art. 121, §2º, incisos II e IV do CPB (vítimas Vianey Guilhermino dos Santos, Roseane Maria da Silva e Catiane Maria da Silva), o MM Juiz sentenciante fixou a pena-base para cada uma das vítimas em 15 (quinze) anos de reclusão, totalizando **45 (quarenta e cinco) anos de reclusão**, diminuída em 01 (um) ano em face da circunstância atenuante descrita no art. 65, inciso I do CPB (ser o agente menor de 21 anos na época dos fatos), **perfazendo o quantum de 44 (quarenta e quatro) anos de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar**, à míngua de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

No que tange ao delito descrito no art. art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 14, inciso II, todos do CPB (com relação a vítima/criança Josimar Cipriano da Silva), o MM Juiz de Direito fixou a pena-base em 15 (quinze) anos de reclusão, diminuiu em 01 (um) ano em face da atenuante da menoridade (art. 65, inciso I do CPB), perfazendo o *quantum* de 14 (catorze) anos de reclusão, diminuída em ½ (metade) em face da regra do art. 14, inciso



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

II do CPB (crime tentado), **tornando-a definitiva em 07 (sete) anos de reclusão**, à míngua de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

Por fim, em relação ao crime de formação de quadrilha armada (art.288 do CPB), o MM Juiz de Direito fixou a pena-base em 04 (quatro) anos de reclusão, diminuiu em 06 (seis) meses, em face da atenuante da menoridade (art. 65, inciso I do CPB), **totalizando 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar**, à míngua de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

Face à regra do concurso material (art. 69 do CPB), as penas devem ser somadas, **resultando na condenação final de ANDERSON CEZAR FERREIRA FRAGA em 54 (cinquenta e quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão**, em regime inicialmente fechado (fl. 1324).

E, finalmente, em relação ao acusado **EVANDRO SILVA DOS SANTOS**, no que pertine ao delito descrito no art. 121, §2º, incisos II e IV do CPB (vítimas Vianey Guilhermino dos Santos, Roseane Maria da Silva e Catiane Maria da Silva), o MM Juiz sentenciante fixou a pena-base para cada uma das vítimas em 15 (quinze) anos de reclusão, totalizando **45 (quarenta e cinco) anos de reclusão**, diminuída em 01 (um) ano em face da circunstância atenuante descrita no art. 65, inciso I do CPB (ser o agente menor de 21 anos na época dos fatos), **perfazendo o quantum de 44 (quarenta e quatro) anos de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar**, à míngua de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

No que tange ao delito descrito no art. art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 14, inciso II, todos do CPB (com relação a vítima/criança Josimar Cipriano da Silva), o MM Juiz de Direito fixou a pena-base em 15 (quinze) anos de reclusão, diminuiu em 01 (um) ano em face da atenuante da menoridade (art. 65, inciso I do CPB), perfazendo o *quantum* de 14 (catorze) anos de reclusão, diminuída em ½ (metade) em face da regra do art. 14, inciso II do CPB (crime tentado), **tornando-a definitiva em 07 (sete) anos de reclusão**, à míngua de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PE  
1193

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Por fim, em relação ao crime de formação de quadrilha armada (art.288 do CPB), o MM Juiz de Direito fixou a pena-base em 04 (quatro) anos de reclusão, diminuiu em 06 (seis) meses, em face da atenuante da menoridade (art. 65, inciso I do CPB), **totalizando 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar**, à minguada de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

Face à regra do concurso material (art. 69 do CPB), as penas devem ser somadas, **resultando na condenação final de EVANDRO SILVA DOS SANTOS em 54 (cinquenta e quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão**, em regime inicialmente fechado (fl. 1325).

A sentença transitou em julgado para o Ministério Público, conforme certidão de fl. 1333.

Inconformados, a defesa dos acusados **EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA, UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA, NILTON ALVES DE SANTANA FILHO, ANDERSON CEZAR FERREIRA FRAGA e EVANDRO SILVA DOS SANTOS**, em plenário do Júri, interpuseram tempestivo apelo, pugnando pela apresentação das razões recursais nesta Superior Instância (fl. 1330).

O apelante **EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA** ofereceu suas razões recursais às fls.1360/1366, alegando que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos requerendo a anulação da decisão para que o apelante seja submetido a novo julgamento, e subsidiariamente, pugna pelo reexame da dosimetria da pena aplicada, alegando ser a mesma exacerbada, pugnando pela fixação no mínimo legal.

O representante do Ministério Público apresentou contrarrazões ao recurso, pugnando pelo não provimento do apelo (fls.1369/1372).

Os apelantes **NILTON ALVES DE SANTANA FILHO, ANDERSON CEZAR FERREIRA FRAGA e EVANDRO SILVA DOS SANTOS** ofereceram suas razões recursais às fls.1381/1389, alegando, também, que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos requerendo a anulação da decisão para que o apelante seja submetido a novo julgamento, e subsidiariamente, pugna pelo reexame da dosimetria da



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

pena aplicada, pugnando pela aplicação das atenuantes em percentuais maiores do que o fixado na sentença, aplicando-se o fator de 1/6 (um sexto).

O apelante **UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA** ofereceu suas razões recursais às fls.1418/1422, alegando que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos requerendo a anulação da decisão para que o apelante seja submetido a novo julgamento, e subsidiariamente, pugna pelo reexame da dosimetria da pena aplicada, alegando ser a mesma desproporcional.

O representante do Ministério Público apresentou contrarrazões aos recursos dos apelantes **NILTON ALVES DE SANTANA FILHO, ANDERSON CEZAR FERREIRA FRAGA, EVANDRO SILVA DOS SANTOS e UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA**, pugnando pelo não provimento dos apelos (fls.1427/1430).

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira, ofereceu parecer opinando pelo **não provimento** do recurso do apelante **EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA**, e pelo **PROVIMENTO PARCIAL** dos recursos interpostos pelos apelantes **NILTON ALVES DE SANTANA FILHO, ANDERSON CEZAR FERREIRA FRAGA, EVANDRO SILVA DOS SANTOS e UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA**, apenas em relação ao homicídio qualificado 05 (cinco) vezes, aplicando a causa atenuante contida no art. 65, inciso I (ser o agente menor de 21 anos há época dos fatos), aplicando a causa redução para cada um dos crimes individualmente e não sobre o montante total após a utilização da regra do concurso material (fls.1433/1436-v).

1. Não merece guarida a alegação de que a condenação dos acusados não guarda harmonia com o conjunto probatório existente nos autos, merecendo acolhida a pretensão de sua absolvição dos acusados.

A materialidade do delito restou comprovada pela perícia tanatoscópica (fls.235/253) e no laudo de Exame em local de Quádruplo Homicídio (fls.335/374).

Quanto à autoria, apesar de os réus **ANDERSON CÉZAR FERREIRA FRAGA, UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA,**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**NILTON ALVES DE SANTANA FILHO e EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA** terem negado sua participação na ação delitiva por ocasião do inquérito policial (fls.164/166, 286/289, 415/4118 e 442/446, respectivamente), deixando de ser interrogado perante a autoridade policial por encontra-se foragido o acusado **EVANDRO SILVA DOS SANTOS**, na instrução criminal os acusados **EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA, NILTON ALVES DE SANTANA FILHO e UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA**, mantiveram suas versões de negativa de autoria (fls.587/590, 595/598 e 599/601, respectivamente), conquanto regulamente citados pela via editalícia (fl.621), os acusados **ANDERSON CÉZAR FERREIRA FRAGA e EVANDRO SILVA DOS SANTOS** não compareceram à audiência de interrogatório e nem constituíram advogado, pelo que foi determinada a suspensão do processo e do prazo prescricional, a teor do que prescreve o art. 366 do CPP. (fl.630).

O processo retomou o seu curso normal, após a notícia da prisão do acusado **EVANDRO SILVA DOS SANTOS** (fl.708) o qual, ouvido em juízo, negou sua participação no evento delitivo, aduzindo que no dia e hora mencionados na denúncia estava em Santo Amaro jogando dominó com os amigos (fls.713/715) e do acusado **ANDERSON CÉZAR FERREIRA FRAGA** (fl.818) que, por ocasião da instrução criminal, também sustentou a tese de negativa de autoria (fls.1064/1065).

Em plenário, todos dos acusados arguíram o direito constitucional de permanecerem em silêncio (fl.1329), insistindo na tese de negativa de autoria. Todavia, a tese não encontra respaldo no conjunto probatório carreado aos autos.

As testemunhas **Elisângela Maria da Silva, Anderson Antônio da Silva e Claudio Crispim Gomes**, por ocasião do inquérito policial procederam ao reconhecimento pessoal dos acusados **EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA e UBIRATAN NASCIMENTO** como os executores do crime (fls.448/453).

A testemunha **Elisângela Maria da Silva**, vítima sobrevivente, por ocasião de seu depoimento na fase judicial (fls.659/664), ratificou as informações prestadas perante a autoridade policial (fls.53/57), afirmando:





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*"(...) que no dia e hora narrados na denúncia, ela depoente se encontrava no interior da sua residência com o seu companheiro Cláudio, suas irmãs e sobrinhos, quando por volta das duas horas da madrugada, ouviu um barulho de um carro, parando em frente de sua residência e, logo após alguém chutou a porta da sua residência, arrombando-a, tendo entrado quatro homens armados, dizendo que eram policiais; que, naquele momento reconheceu os denunciados Ezequiel, Ubiratan, Thiago, conhecido por Titica; que um dos homens ficou do lado de fora e correu atrás de Vianey, conhecido por "Viola", o qual havia pulado a janela; que ela depoente naquele momento, escutou sete disparos de tiro de revólver, do lado de fora, tendo sabido depois que o mesmo fora assassinado naquele momento; que aquele indivíduo retornou após os disparos, mas ela depoente não o conhecia, sabendo que o mesmo tinha o rosto cheio de espinhas e estava com camisa laranja e chapéu laranja e os cabelos pretos encaracolados; que aqueles homens procuravam pela sua irmã Roseane, que era homossexual e eles a chamavam de sapatão; que a sua irmã recebeu tiros de revólver disparados por "Quel", que é o apelido do denunciado Ezequiel José de Oliveira; que posteriormente soube que o motivo da morte de Roseane foi porque a mesma devia uma quantia a alguns denunciados por ter comprado crack e não ter pago; que em seguida um adolescente apontava uma arma para ela depoente; que não chegou a reconhecer esse adolescente pois o mesmo estava de chapéu e com a cabeça baixa; que as suas irmãs estavam no quarto, dormindo e os denunciados Ezequiel, Bira e Titica atiraram nas mesmas, matando-as; que o denunciado Ezequiel também atirou no seu sobrinho de um ano e dez meses, o qual perdeu um dos dedos da mão direita; que não conhece os denunciados Nilton Alves de Santana Filho, Luiz Fernando da Silva Souza, Rafael Carlos Rodrigues a Cunha, Anderson César Ferreira Fraga e Evandro Silva dos Santos; que logo em seguida aquelas pessoas se evadiram do local no mesmo veículo que chegaram; que posteriormente soube, por comentários de terceiros, que o menor que estava apontado a arma para ela depoente, com a cabeça baixa era um tal de*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*Rafael, que morava na rua Giriquiri, o qual tinha o rosto cheio de espinhas; que quando os denunciados chegaram ela depoente ouviu os mesmo dizerem: A casa caiu e, no interior da mesma ouviu um deles, conhecido pó "Quel" perguntando a sua irmã Roseane "Aonde se encontravam as pedras que tinha dado para ela vender", tendo a mesma respondido que tinha vendido parte das mesmas e que tinha dado o restante do dinheiro a "Titica"; que ouviu falar por alto e tomou conhecimento, posteriormente, que quem comandava o tráfico daquele local e o proprietário da droga era Ezequiel; que não afirmou no inquérito policial que havia reconhecido um dos homens que entraram na casa como sendo César China, mas apenas um dos mesmos que tinha os "olhos apertados", mas que o reconheceu como sendo "Bira"; que apenas um dos homens que entrou em sua casa, estava com uma camisa no rosto, que ela depoente reconheceu como "Bira"; que nenhum dos denunciados entrou em seu quarto, com exceção do adolescente que estava com a cabeça baixa e que tinha o rosto com espinhas; que no momento do fato ela depoente havia acendido a luz do seu quarto e ela depoente também acendeu a luz da sala, mas mandaram que ela apagasse a luz, mas ficou nervosa e não apagou; que os interruptores ficam no seu quarto, inclusive o da sala; que a sua casa possui apenas um vão, mas que a noite colocavam tabuas e panos para dividir os quartos; que o quarto de suas irmãs ficavam junto a ela depoente; que do seu quarto dava para ver toda a casa, mas aquelas pessoas não deixavam ela depoente ver onde suas irmãs estavam dormindo, na hora do fato; que quando foi dormir com o seu companheiro as luzes foram apagadas, mas quando ouviu o barulho de chutes na porta ela depoente acendeu as luzes; que ela ouviu e viu as pessoas citadas atirarem em suas irmãs; que confirma que não viu os denunciados Nilton Alves de Santana nem Luiz Fernando da Silva Souza, naquele momento dentro de sua casa; ; (...) que afirmou na policia que só avistou direito um homem forte, que chutou a porta da sua casa e não informou o nome porque só depois é que fazendo a comparação reconheceu na fisionomia do mesmo que era o denunciado "Bira"; que no seu*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*depoimento na polícia não falou no nome dos denunciados porque somente posteriormente é que ela foi convocada para fazer o reconhecimento, tendo reconhecido os mesmo posteriormente ao seu depoimento; que somente após o enterro de Katarina, uns quatro dias depois que foi chamada para fazer o reconhecimento; que nesse intervalo ouviu comentários de que os autores dos fatos tinham sido as pessoas a que se referiu acima e também ouviu da Dra. Silvana Lelis que o motivo do crime tinha sido porque a sua irmã havia comprado crack a Ezequiel e não havia pago; (...) que o seu companheiro Cláudio permaneceu com ela depoente todo o tempo em que ocorreu a chacina, com exceção de alguns momento em que o mesmo foi buscar uma garapa para ela depoente; que apenas o "Bira" estava com a camisa no rosto como se fosse uma máscara e os demais haviam suspenso a camisa até o nariz e depois de atirarem a camisa desceu e ela pode ver os rosto dos mesmos; (...) que ela e seu companheiro estavam muito nervosos com a chacina; que a depoente não acha estranho deela e o seu companheiro e seus filhos terem sido poupados da chacina porque o "Bira" sabia que eles não tinham nada haver com os fatos do crime; que suas irmãs não foram poupadas porque todas estavam dormindo juntas com Roseane; (...) que ela depoente conhecia o "Bira" e Titica da rua Guriquiti não conhecendo anteriormente o denunciado Ezequiel, tendo o conhecido por ocasião o reconhecimento; que quando o adolescente saiu para perseguir Vianey ela depoente ficou sozinha com o seu companheiro e seus filhos no quarto e na porta ficou "Quel" e "Titica"; que lembra-se apenas de que "Bira" estava com a camisa no rosto de cor preta, mas não se recorda da cor do vestuário das demais pessoas; que essa camisa do "Bira" não cobria toda a cabeça, apenas o rosto; que o "Bira" é forte, mas baixo, com os olhos bem abertos, cabelo baixo e cabeça achatada; que quando a sua irmã Roseane morava na rua Giriquiti ela depoente freqüentava aquela rua; que o Titica conhecia a depoente naquela rua a uns cinco anos e ele sabia que ela depoente era irmã de Roseane; que reconheceu Titica porque o mesmo entrou de rosto limpo e naquele momento ela acendeu as luz,*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RJ  
J496

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*perguntando que brincadeira era aquela e ouviu alguém dizer para o mesmo colocar a camisa no rosto; que nesse momento ela depoente olhou para Titica e Titica olhou para ela depoente”.*

Vê-se que a versão apresentada pelos acusados, negando a autoria do delito, não guarda harmonia em si mesma nem com as declarações prestadas pela vítima sobrevivente, tanto na investigação policial quanto por ocasião da instrução criminal. Muito embora neguem sua participação no delito em análise, foram reconhecidos pela vítima sobrevivente e testemunhas como sendo as pessoas que efetuaram os disparos de arma de fogo contra as vítimas.

Com bem destacou a douta Procuradoria de Justiça em seu judicioso parecer às fls.1433/1436-v, da lavra do Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira:

*“(...) Ademais, os depoimentos de Fabiano Pedro Cesário Lemos (fls.215), do interrogado Thiago Pereira da Silva (fls.254/260) – já falecido, corroboram a tese acolhida pelos jurados em desfavor dos apelantes.”*

Assim, não se pode falar em decisão contrária as provas dos autos, muito ao revés, a decisão dos jurados se amolda a uma das versões trazidas ao processo. Convém salientar que se duas versões existem nos autos e o Conselho de Sentença opta por uma delas, a decisão não é manifestamente contrária à prova dos autos.

Essa é a linha de entendimento seguida pelo Superior Tribunal de Justiça:

**“PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. 1. CONDENAÇÃO. APELAÇÃO CRIMINAL JULGADA. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. VIA INADEQUADA. 2. DECISÃO DO JÚRI MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. SOBERANIA DOS VEREDICTOS DO CONSELHO DE SENTENÇA. 3. EXAME APROFUNDADO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. NECESSIDADE.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*MATÉRIA INCABÍVEL NA VIA ELEITA. 4. CONFISSÃO. QUESITAÇÃO AUSENTE. ARTIGO 483 DO CPP, COM A REDAÇÃO DA LEI N.º 11.689/2008. NÃO EXIGÊNCIA DO QUESITO ACERCA DAS ATENUANTES. CIRCUNSTÂNCIA NÃO CONSIDERADA NA CONDENAÇÃO. REDUÇÃO DA PENA. NÃO INCIDÊNCIA. 5. DUAS QUALIFICADORAS. TIPIFICAÇÃO DELITIVA. REMANESCENTE PARA AGRAVAR A SANÇÃO. EXPURGO DA AGRAVANTE DO ARTIGO 61, INCISO II, DO CP.*

*IMPOSSIBILIDADE. 6. ART. 28 DA LEI N.º 11.343/2006. ABOLITIO CRIMINIS. NÃO OCORRÊNCIA. MERA DESPENALIZAÇÃO. 7. CONDENAÇÃO DEFINITIVA ANTERIOR. MAUS ANTECEDENTES. CONFIGURAÇÃO. 8. PERSONALIDADE. NEGATIVA. PECULIARIDADES OBTIDAS DA CONDUTA DO AGENTE. ELEMENTOS CARREADOS AOS AUTOS. EXASPERAÇÃO. POSSIBILIDADE.*

*FLAGRANTE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. 9. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*1. É imperiosa a necessidade de racionalização do emprego do habeas corpus, em prestígio ao âmbito de cognição da garantia constitucional e em louvor à lógica do sistema recursal. In casu, foi impetrada indevidamente a ordem como substitutiva de recurso especial.*

*2. Não há falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos se os jurados optaram pela condenação do increpado, em franco acolhimento a uma das teses que lhes fora apresentada, com o respaldo do arcabouço probatório carreado aos autos, exercendo, assim, a sua soberania, nos termos do artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição da República.*

*3. No caso, o exame do contexto fático-probatório realizado pelas instâncias ordinárias suficientemente valorou a controvérsia apresentada, sendo que considerações outras, em prol da inversão do decidido pelo Tribunal do Júri, de modo a acolher a versão renegada existente nos autos, demandaria, necessariamente, acurada incursão nos elementos em que se*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*arrimaram as instâncias ordinárias, inviável em sede de habeas corpus.*

4. *Diante da redação imposta pela Lei n.º 11.689/2008, atual artigo 483 do Estatuto Processual Repressivo, a quesitação acerca das atenuantes não figura como obrigatória, restando, portanto, inócua eventual renovação do júri, em especial porque, da atenta leitura da sentença, verifica-se que não concorreu a confissão para a condenação do réu, afigurando-se impróprio o reconhecimento da atenuante.*

5. *Ecoa na jurisprudência a possibilidade do julgador empregar uma das qualificadoras do homicídio para a tipificação e a outra como agravante, ou mesmo, residualmente, como circunstância desfavorável a ensejar o acréscimo da pena-base.*

6. *Na esteira do posicionamento perfilhado pelo Supremo Tribunal Federal (Questão de Ordem no Recurso Extraordinário n.º 430.105-9/RJ), este Sodalício consolidou o entendimento de que, com o advento da Lei n.º 11.343/2006, não ocorreu a descriminalização (abolitio criminis) da conduta de porte de substância entorpecente para consumo pessoal, mas, tão somente, a mera despenalização, pelo fato de o art. 28 da Lei n.º 11.343/2006 não impor pena privativa de liberdade ao usuário de drogas.*

7. *Comprovada a existência de condenação definitiva anterior pela prática do delito previsto no art. 28 da Lei n.º 11.343/06 e considerando que a conduta tipificada nesse preceptivo legal configura crime, não é possível o afastamento da exasperação da pena-base pela existência de maus antecedentes.*

8. *A circunstância judicial da personalidade foi considerada em demérito diante de fundamentação idônea, declinando o Colegiado estadual elementos retirados da própria conduta delitiva, com esteio no histórico do increpado carreado aos autos.*

9. *Habeas corpus não conhecido. (HC 215.407/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/03/2014, DJe 09/04/2014)".*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Sobre esse aspecto esta 3ª Câmara Criminal também já se posicionou, em recente decisão:

*"EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. CONDENAÇÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. DIMINUIÇÃO DA PENA-BASE PARA O MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE NA FIXAÇÃO DA PENA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DEVIDAMENTE ANALISADAS EM OBEDIÊNCIA AO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO DE FORMA UNÍSSONA.*

*1 - Não há que se falar em condenação contrária a prova dos autos, se os jurados, diante das duas teses que sobressaem do conjunto probatório, optam por uma delas, exercitando, assim, a sua soberania, nos termos do art. 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição Federal.*

*2 - Inexiste irregularidade na fixação da pena-base acima do mínimo legal abstratamente previsto, quando foram apontados, clara e precisamente, pelo magistrado sentenciante os motivos pelas quais considerou desfavoráveis determinadas circunstâncias judiciais, justificando a fixação da pena-base em patamar superior ao mínimo legal.*

*3 - Recurso não provido à unanimidade. (Apelação Criminal n.º 0139332-4, Rel. Des. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO, TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, julgado em 28/05/2014, DJe 04/06/2014)".*

**DA EXACERBAÇÃO DA REPRIMENDA APLICADA**

Quanto ao pedido alternativo de redução da reprimenda, em relação ao acusado **EZEQUIEL JOSÉ DOS SANTOS**, não vislumbro tal possibilidade.

Vê-se que não se mostra ilegal em face das circunstâncias judiciais serem, em sua maioria, desfavoráveis ao apelante, o que impossibilita a fixação da pena-base no mínimo legal.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Acresce que, no caso em comento, o Magistrado de primeiro grau, ao majorar a pena-base, levou em conta, notadamente as circunstâncias em que foram cometidos os delitos. Assim, a fundamentação, nesse ponto, apresenta-se satisfatória, porquanto baseada em dados concretos, mostrando-se suficiente, por si só, para justificar a pena base acima do mínimo legal.

Ademais, a orientação reiteradamente firmada no STJ é no sentido de que somente nas hipóteses de erro ou ilegalidade prontamente verificável na dosimetria da reprimenda, em flagrante afronta ao art. 59 do Código Penal, pode a Corte recursal reexaminar o *decisum* em tal aspecto, o que não é o caso dos autos. (STJ - HC nº 74.482/PR, Relator o Ministro Gilson Dipp, DJ 06.08.2007).

De outra parte, como bem destacou a douta Procuradoria de Justiça em relação aos acusados **NILTON ALVES DE SANTANA, ANDERSON CÉSAR FERREIRA BRAGA, UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA e EVANDRO SILVA DOS SANTOS**, necessário se faz proceder ao ajuste na dosimetria da pena, no que tange ao delito descrito no art. 121, §2º, incisos II e IV do Código Penal Brasileiro (homicídio qualificado consumado), de modo a reduzir, na segunda fase da dosimetria, o percentual de 01 (um) ano em face de os agentes serem menores de 21 (vinte e um) ano na data do fato (art. 65, inciso I do Código Penal), para cada um dos crimes, individualmente, e não sobre o montante da pena aplicada. Modificando a sentença apenas e tão-somente neste ponto.

Em relação ao acusado **UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA**, no que tange ao delito descrito no art. 121, §2º, incisos II e IV do Código Penal Brasileiro (vítimas Vianey Guilhermino dos Santos, Alexsandra Maria da Silva, Rosângela Maria da Silva, Roseane Maria da Silva e Catiane Maria da Silva) verifico que o magistrado fixou pena-base para cada uma das vítimas em 15 (quinze) anos de reclusão, totalizando 75 (setenta e cinco) anos de reclusão, a qual diminuo 01 (um) ano para cada delito, em face da circunstância atenuante descrita no art. 65, inciso I do CPB (ser o agente menor de 21 anos na época dos fatos), **perfazendo o quantum de 70 (setenta) anos de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar**, à míngua de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Em relação ao acusado **NILTON ALVES DE SANTANA**, no que tange ao delito descrito no art. 121, §2º, incisos II e IV do Código Pena Brasileiro (vítimas Vianey Guilhermino dos Santos, Alexsandra Maria da Silva, Rosângela Maria da Silva, Roseane Maria da Silva e Catiane Maria da Silva) verifico que o MM Juiz sentenciante fixou a pena-base para cada uma das vítimas em 15 (quinze) anos de reclusão, totalizando 75 (setenta e cinco) anos de reclusão, a qual diminuo 01 (um) ano para cada delito, em face da circunstância atenuante descrita no art. 65, inciso I do CPB (ser o agente menor de 21 anos na época dos fatos), **perfazendo o quantum de 70 (setenta) anos de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar**, à míngua de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

Em relação ao acusado **ANDERSON CEZAR FERREIRA FRAGA** no que pertine ao delito descrito no art. 121, §2º, incisos II e IV do Código Penal Brasileiro (vítimas Vianey Guilhermino dos Santos, Roseane Maria da Silva e Catiane Maria da Silva), totalizando 45 (quarenta e cinco) anos de reclusão, a qual diminuo 01 (um) ano para cada delito, em face da circunstância atenuante descrita no art. 65, inciso I do CPB (ser o agente menor de 21 anos na época dos fatos), **perfazendo o quantum de 42 (quarenta e dois) anos de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar**, à míngua de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

Por fim, em relação ao acusado **EVANDRO SILVA DOS SANTOS**, no que pertine ao delito descrito no art. 121, §2º, incisos II e IV do Código Penal Brasileiro (vítimas Vianey Guilhermino dos Santos, Roseane Maria da Silva e Catiane Maria da Silva), o MM Juiz sentenciante fixou a pena-base para cada uma das vítimas em 15 (quinze) anos de reclusão, totalizando **45 (quarenta e cinco) anos de reclusão**, diminuída em 01 (um) ano para cada delito, em face da circunstância atenuante descrita no art. 65, inciso I do CPB (ser o agente menor de 21 anos na época dos fatos), **perfazendo o quantum de 42 (quarenta e dois) anos de reclusão, tornando-a definitiva neste patamar**, à míngua de outras circunstâncias agravantes ou atenuantes, causas de aumento ou diminuição.

Isto posto, em consonância com a manifestação da douta Procuradoria de Justiça Criminal, na pessoa do D. Adalberto Mendes Pinto Vieira, voto no sentido de **negar provimento ao apelo do acusado**




**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**EZEQUIEL JOSÉ DE OLIVEIRA c, dar provimento parcial aos apelos dos acusados UBIRATAN NASCIMENTO DA ROCHA, NILTON ALVES DE SANTANA FILHO, ANDERSON CÉZAR FERREIRA FRAGA e EVANDRO SILVA DOS SANTOS, tão-somente para reduzir a pena aplicada, na forma acima indicada, mantendo a sentença condenatória em todos os seus demais termos e pelos seus próprios fundamentos.**

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2014

  
**Desa. Daisy Andrade de Andrade Costa Pereira**  
**Revisora**